

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	25
-----------------	----

Capítulo 1

CONTEXTUALIZAÇÃO DA LITIGIOSIDADE REPETITIVA: FUNDAMENTOS PARA A CRIAÇÃO DE TÉCNICAS PROCESSUAIS ESPECIAIS	29
---	-----------

- | | |
|---|----|
| 1.1. Necessária adequação da técnica processual: a insuficiência dos meios processuais “tradicionais” | 30 |
| 1.2. Fundamentos para a técnica processual diferenciada: a tríade isonomia-segurança-duração razoável..... | 37 |

Capítulo 2

O QUE SÃO DEMANDAS REPETITIVAS?	41
--	-----------

- | | |
|--|----|
| 2.1. Direitos individuais homogêneos e a tradicional discussão sobre sua natureza: dimensão material versus dimensão processual..... | 41 |
| 2.1.1. Há uma dimensão material que identifica os direitos individuais homogêneos? | 43 |
| 2.1.2. Direitos individuais homogêneos e sua dimensão processual..... | 50 |
| 2.1.2.1. Técnica processual coletiva e identificação dos direitos individuais homogêneos: origem comum e preponderância de questões homogêneas | 53 |
| 2.1.3. Questões (e não necessariamente demandas) repetitivas: a distinção em relação aos “direitos individuais homogêneos”, identificados no contexto do processo coletivo | 55 |

Capítulo 3

NATUREZA DO INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS	65
3.1. Causa-piloto ou procedimento-modelo: o IRDR julga “causa” ou apenas fixa tese?	65
3.2. Nossa posição: O IRDR é “procedimento-modelo” e fixa tese jurídica	69
3.2.1. IRDR resolve apenas “questões de direito”	69
3.2.1.1. Fixação da tese e fato-tipo: o raciocínio tipológico empregado ao IRDR.....	73
3.2.2. Desistência ou abandono e a autonomia do incidente: o art. 976, §1º, do CPC	78
3.3. O IRDR é meio processual objetivo	81
3.3.1. Esclarecimento: o empréstimo de algumas construções sobre o “processo objetivo” do controle de constitucionalidade e do movimento de “dessubjetivação” da atividade jurisdicional.....	82
3.3.2. O “processo objetivo” do IRDR: abstração e concretude	91
3.4. O IRDR não é “INCIDENTE DE COLETIVIZAÇÃO”	94
3.4.1. As ações coletivas referentes a direitos individuais homogêneos tutelam diretamente situações concretas	95
3.4.2. Ainda: o (possível) caráter coletivo do <i>Musterverfahren</i> não explica tal natureza para o IRDR.....	99
3.5. O IRDR não é mecanismo de cumulação de demandas: a distinção em relação ao litisconsórcio	102

Capítulo 4

PROCESSAMENTO DO INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS.....	105
4.1. Primeira fase: iniciativa para instauração e admissão do incidente	106
4.1.1. Legitimidade para provocar a instauração	107
4.1.2. Dispensabilidade de causa pendente no tribunal: “procedimento-modelo” ou “causa-piloto”?.....	109
4.1.2.1. Instauração a partir do primeiro grau: algumas reflexões sobre a (in)competência dos tribunais estaduais e regionais	114

4.1.3.	Instauração de IRDR nos tribunais superiores	122
4.1.4.	Pluralidade de pedidos ou ofícios sobre a mesma questão.....	123
4.1.5.	Instauração do IRDR e juizados especiais: breves comentários	126
4.1.6.	Admissão do incidente	133
4.1.6.1.	Delimitação do objeto do incidente: estabilização objetiva	137
4.1.6.2.	Suspensão das demandas repetitivas e possibilidade de distinção e prosseguimento	142
4.1.6.2.1.	Interpretação provisória como alternativa à suspensão total	149
4.1.6.2.2.	Suspensão da prescrição das pretensões fundadas na questão repetitiva.	152
4.1.6.3.	Fungibilidade e conversão entre IRDR e IAC ...	154
4.1.7.	Importância da publicidade e divulgação do incidente ..	155
4.2.	Segunda fase: instrução	157
4.2.1.	Os sujeitos processuais e as possibilidades de atuação no incidente.....	158
4.2.1.1.	Algumas premissas para equacionar o problema da participação no IRDR.....	159
4.2.1.1.1.	Primeira premissa: inviabilidade de participação direta e pessoal e inadequação da “tradicional” substituição processual	159
4.2.1.1.2.	Segunda premissa: contraditório como direito de influência. Participação no IRDR como direito ao <i>convencimento</i> e não como como necessidade de <i>consentimento</i>	163
4.2.1.1.3.	Terceira premissa: interesse e legitimidade como pressupostos processuais desvinculados de relações substanciais. A estrutura multipolarizada do incidente.....	169
4.2.1.2.	Identificando os sujeitos processuais e as formas de atuação no IRDR.....	178

4.2.1.2.1.	Sujeitos condutores: a escolha de líderes para o debate.....	179
4.2.1.2.1.1.	A legitimação para condução do incidente.....	180
4.2.1.2.1.2.	Reflexões iniciais sobre os critérios para a escolha dos líderes: pluralidade de perspectivas argumentativas.....	185
4.2.1.2.2.	Sujeitos “sobrestados”	195
4.2.1.2.2.1.	Assistência: inviabilidade da mera transposição para o IRDR	195
4.2.1.2.2.2.	Ainda: inadequação das modalidades interventivas do controle abstrato de constitucionalidade e do processo coletivo	200
4.2.1.2.2.3.	A intervenção dos sobrestados: interesse na formação do precedente	203
4.2.1.2.3.	A participação “interessada” do <i>amicus curiae</i>	214
4.2.1.2.4.	A atuação do Ministério Público e da Defensoria Pública	221
4.2.2.	Instrução do incidente: pluralidade argumentativa	225
4.3.	Terceira fase: julgamento.....	228
4.3.1.	Procedimento da sessão de julgamento	228
4.3.2.	A decisão de mérito do incidente de resolução de demandas repetitivas: elementos e eficácia.....	229
4.3.2.1.	Nota introdutória: precedentes e decisão no IRDR. Aproximações e distinções	229
4.3.2.1.1.	Breves notas sobre o “sistema de precedentes”: <i>common law</i> e <i>civil law</i>	230
4.3.2.1.2.	A tradição dos precedentes e a decisão do IRDR: importantes distinções.....	234
4.3.2.2.	O “precedente” formado no IRDR: tese jurídica e eficácia vinculativa.....	241
4.3.2.3.	O que vincula na decisão?	245

4.3.2.3.1.	Aspectos essenciais da decisão: eficácia vinculativa e estabilidade da tese jurídica	245
4.3.2.3.2.	A “súmula” do IRDR	249
4.3.2.3.3.	Fundamentação e interpretação da tese jurídica	252
4.3.2.4.	Quem fica vinculado?.....	254
4.3.2.4.1.	A não vinculação direta da Administração Pública: o descabimento de Reclamação.....	255
4.3.2.4.2.	O argumento da violação da separação de poderes	258
4.3.2.4.3.	A fragilidade do argumento da inconstitucionalidade pela violação da independência do juiz.....	261
4.3.2.5.	Casos pendentes e casos futuros: eficácias distintas?.....	262
4.3.2.6.	Ainda: a estabilidade e a eficácia vinculativa da tese jurídica não se confundem com a extensão da coisa julgada	265
4.3.2.6.1.	Inadequação dos institutos do <i>opt-in</i> e <i>opt-out</i>	270
4.3.2.7.	IRDR como decisão sobre questão idêntica, com coisa julgada <i>erga omnes</i> ? uma análise da proposta apresentada por Luiz Guilherme Marinoni	272
4.3.3.	Recursos contra a decisão que julga o mérito do IRDR .	279
4.3.3.1.	Causas decididas e recursos especial e extraordinário em IRDR: o enunciado de súmula nº 513 do STF e a decisão do STJ no REsp n. 1.798.374.....	282
4.3.3.1.1.	A inaplicabilidade do enunciado nº. 513 da Súmula do STF	285
4.3.3.1.2.	O STJ e o STF são – já atualmente e especialmente no âmbito de IRDRs – cortes de uniformização	290
4.3.3.1.3.	A importância pragmática dos recursos especial e extraordinário no IRDR	291

4.3.3.1.4. A conformação do requisito da “causa decidida” e o cabimento dos recursos excepcionais em IRDR.....	293
4.3.3.2. Interesse e legitimidade recursal	300
4.3.3.2.1. “Recurso” para estender a tese para âmbito nacional: a reformulação da concepção clássica de interesse e legitimidade, agora reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal.....	303
4.3.3.2.2. “Remessa necessária” no IRDR? Notas sobre o federalismo	306
4.4. Negociação e autocomposição em IRDR: breves comentários ..	307
4.5. Atos posteriores à conclusão do julgamento do incidente: aplicação e revisão da tese.....	309
4.5.1. Aplicação da tese: principais consequências no processamento e julgamento das demandas repetitivas.....	309
4.5.2. Revisão e superação da tese	312
CONCLUSÕES.....	319
REFERÊNCIAS	325